

# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 3737 PROJETO DE LEI Nº 60/2009

*"Autoriza a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências" .....*

### **A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O Município, pela sua Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, deverá realizar até o dia 30 de abril de cada ano o levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar.

Parágrafo único. A Vigilância Sanitária, através de seus agentes e técnicos, deverão retornar aos locais utilizados no ano anterior como alojamentos ou moradias e constantes do levantamento referido no artigo 1º desta Lei.

Art. 2º A Vigilância Sanitária manterá um cadastro contendo, no mínimo, as seguintes informações:

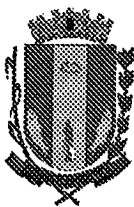
- a) Endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia;
- b) Nome e endereço do proprietário;
- c) Nome e endereço do último ou atual locatário;
- d) Nome e endereço do último responsável pelos trabalhadores ou daqueles que ocupam o imóvel;
- e) Nome da empresa, terceirizada e tomadora de serviços, para a qual prestavam ou prestam trabalho;
- f) Número de trabalhadores que residiram no alojamento ou moradia na última safra.

Parágrafo único. As informações referidas no artigo 2º deverão ser encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho da 15ª Região até o dia 31 de maio de cada ano.

Art. 3º A concessão da Licença de Funcionamento Sanitário dar-se-á após o interessado apresentar os seguintes documentos:

- a) Formulário de informações da Vigilância Sanitária;
- b) CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;
- c) Contrato de locação do imóvel que servirá como alojamento ou moradia;
- d) Comprovante de dedetização e desinfecção do imóvel;
- e) Comprovante de limpeza da caixa d'água.

*N.F.*



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: [legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br](mailto:legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br)

Site: [www.camarapirassununga.sp.gov.br](http://www.camarapirassununga.sp.gov.br)



§ 1º A Licença de Funcionamento Sanitário estabelecerá o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou moradia vistoriados.

§ 2º O relatório de inspeção prévia, previsto no artigo 3º e alíneas, será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho até o dia 31 de julho de cada ano.

§ 3º Os alojamentos licenciados e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionados no mínimo uma vez que durante a safra e deverão atender os requisitos das Nrs 24 e 31 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego e da legislação correlata.

§ 4º As moradias licenciadas e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionadas no mínimo uma vez durante a safra e deverão atender aos requisitos constantes do Anexo II.

Art. 4º Os Anexos I e II, que serão preenchidos pela Vigilância Sanitária, e as cláusulas do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, ficam fazendo partes integrantes desta Lei.

Art. 5º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, sujeitarão o infrator às mesmas penalidades, incluindo multas, interdição e cassação de alvará, previstas na legislação sanitária do município, conforme regulamentação em Decreto do Executivo.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 28 de abril de 2009.

  
Natal Furlan  
Presidente

Cmp/asd/ba.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- PROJETO DE LEI Nº 60/2009 -

*"Autoriza a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências".....*

## A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Município, pela sua Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, deverá realizar até o dia 30 de abril de cada ano o levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar.

Parágrafo único. A Vigilância Sanitária, através de seus agentes e técnicos, deverão retornar aos locais utilizados no ano anterior como alojamentos ou moradias e constantes do levantamento referido no artigo 1º desta Lei.

Art. 2º A Vigilância Sanitária manterá um cadastro contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia;
- b) Nome e endereço do proprietário;
- c) Nome e endereço do último ou atual locatário;
- d) Nome e endereço do último responsável pelos trabalhadores ou daqueles que ocupam o imóvel;
- e) Nome da empresa, terceirizada e tomadora de serviços, para a qual prestavam ou prestam trabalho;
- f) Número de trabalhadores que residiram no alojamento ou moradia na última safra.

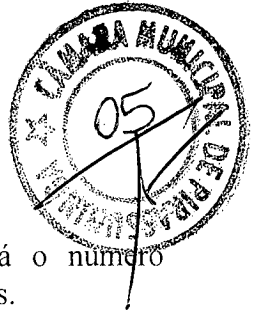
Parágrafo único. As informações referidas no artigo 2º deverão ser encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho da 15ª Região até o dia 31 de maio de cada ano.

Art. 3º A concessão da Licença de Funcionamento Sanitário dar-se-á após o interessado apresentar os seguintes documentos:

- a) Formulário de informações da Vigilância Sanitária;
- b) CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;
- c) Contrato de locação do imóvel que servirá como alojamento ou moradia;
- d) Comprovante de dedetização e desinfecção do imóvel;
- e) Comprovante de limpeza da caixa d'água.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



§ 1º A Licença de Funcionamento Sanitário estabelecerá o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou moradia vistoriados.

§ 2º O relatório de inspeção prévia, previsto no artigo 3º e alíneas, será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho até o dia 31 de julho de cada ano.

§ 3º Os alojamentos licenciados e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionados no mínimo uma vez que durante a safra e deverão atender os requisitos das Nrs 24 e 31 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego e da legislação correlata.

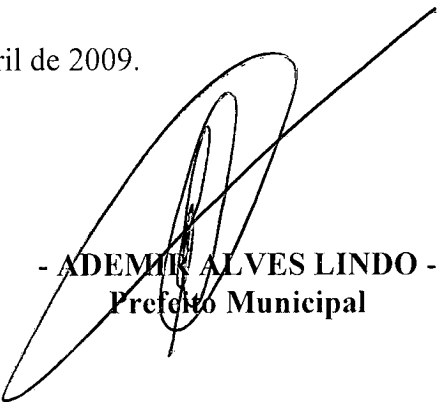
§ 4º As moradias licenciadas e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionadas no mínimo uma vez durante a safra e deverão atender aos requisitos constantes do Anexo II.

Art. 4º Os Anexos I e II, que serão preenchidos pela Vigilância Sanitária, e as cláusulas do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, ficam fazendo partes integrantes desta Lei.

Art. 5º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, sujeitarão o infrator às mesmas penalidades, incluindo multas, interdição e cassação de alvará, previstas na legislação sanitária do município, conforme regulamentação em Decreto do Executivo.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 22 de abril de 2009.

  
- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## “ J U S T I F I C A T I V A ”

Excelentíssimo Presidente:

Excelentíssimos Vereadores:

O Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação dos nobres Vereadores que constituem essa Casa de Leis, *visa autorizar a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências.*

Como é de conhecimento público, o setor sucro-alcooleiro do Estado de São Paulo tem experimentado um grande crescimento em face de políticas públicas voltadas à exportação do biodiesel e a par de trazer desenvolvimento econômico para o Estado, tem também sido fonte de diversos problemas sociais que atingem um contingente muito grande de trabalhadores migrantes e, indiretamente, toda a sociedade, vez que estes problemas estão estreitamente relacionados às áreas de saúde, habitação e segurança pública.

O Ministério Público do Trabalho, por meio de políticas de conscientização, instauração de inquéritos e ajuizamento de ações, tem atuado de maneira constante e coordenada com outros segmentos da sociedade, na busca da melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da sociedade em geral.

A fim de ilustrar a importância e a eficiência dessas ações conjuntas, recente conquista resultante dos trabalhos foi a expedição da Resolução SS – 2, de 2 de janeiro de 2008, pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, a qual anexamos à esta justificativa.

Diante desse importante passo, faz-se necessária a cooperação dos entes municipais na concretização dessas medidas. Pirassununga, através da Vigilância Sanitária, manifesta sua anuência com essa louvável iniciativa do Ministério Público do Trabalho, a qual vem ao encontro dos propósitos para a construção de uma sociedade mais justa e humana, firmando Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que fica fazendo parte integrante da Lei.

Dada a clareza com que o Projeto vem redigido e o seu incontestável interesse social, entendemos desnecessárias maiores considerações a respeito, encarecendo para sua tramitação seja observado regime de urgência de que trata o Artigo 36 da Lei Orgânica do Município, o que desde já fica requerido.

Pirassununga, 22 de abril de 2009.

  
- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Anexo I

Roteiro de Inspeção em moradias usadas para Alojamento Setor Canavieiro

1. Ocupação em zona:		Urbana	<input type="checkbox"/>	Rural	<input type="checkbox"/>
2. Local					
Endereço:			Bairro:		
Cidade:					
Nº de Moradores:			Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino		
Local de origem dos trabalhadores:					
Quem trouxe, de que modo e quem pagou?					
Nome do Empreiteiro ou Empresa Responsável:					
Endereço do Empreiteiro ou Empresa:			Fone:		
Bairro:			Usina/ destino da produção:		
3. Nome do Proprietário da moradia:					
Endereço:			Fone/fax:		
4. Edificação					
Construção em Madeira: ( ) sim ( ) não					
Construção em Alvenaria: ( ) sim ( ) não					
Outros:					
Possui habite-se: ( ) sim ( ) não					
Nº de cômodos:		Nº de sanitários:		Nº de chuveiros:	
Instalações elétricas adequadas: ( ) sim ( ) não					
Possui Infiltração-Umididade: ( ) sim ( ) não					
Iluminação adequada: ( ) sim ( ) não					
Ventilação adequada: ( ) sim ( ) não					
Instalações sanitárias adequadas ( ) sim ( ) não					
Possui chuveiros aquecido ( ) sim ( ) não					
5. Dormitórios:					
Distancia entre camas (1metro):			( ) adequada ( ) inadequada		
Colchões:			( ) adequado ( ) inadequado		
Beliches com espaço acima do colchão (1,10 metros):			( ) adequado ( ) inadequado		
Armários individuais:			( ) sim ( ) não		
Portas e janelas que ofereçam segurança:			( ) sim ( ) não		
Janelas que ofereçam ventilação:			( ) sim ( ) não		
Possui roupa de cama adequada:			( ) sim ( ) não		
Obs. É Proibido uso e permanência de fogão e fogareiro dentro dormitório.					
6. Água:					
Fonte de abastecimento: ( ) Rede ( ) Poço ( ) Mina ( ) Galão					
Possui Reservatório: ( ) sim ( ) não					
Análise da água: ( ) sim ( ) não					
7. Cozinha e Refeitório:					
Existe cozinha:			( ) sim ( ) não		
Existe refeitório:			( ) sim ( ) não		
Possui lavatórios na cozinha e/ou refeitório:			( ) sim ( ) não		
Locais de coleta de lixo:			( ) adequado ( ) inadequado		
Cozinha isolada dos demais cômodos:			( ) sim ( ) não		
8. Condição da Lavanderia:					
Possui Lavanderia:			( ) sim ( ) não		
A lavanderia é Coberta:			( ) sim ( ) não		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



A lavanderia é adequada: ( ) sim ( ) não	
<b>09. Lixo:</b>	
Possui cesto de coleta de lixo com tampa:	
- Na cozinha	( ) sim ( ) não
- No banheiro	( ) sim ( ) não
Possui local para guardar o lixo:	( ) sim ( ) não
Ocorre Coleta:	( ) sim ( ) não
Quem coleta:	Quanto tempo ocorre a coleta:
Destino:	
<b>10. Esgoto/disposição:</b>	
Fonte de descarte:	( ) Fossa ( ) Rede de esgoto ( ) Outros
O sistema de esgoto é adequado:	( ) sim ( ) não

Anexo II

Roteiro de Inspeção em moradias usadas para Alojamento Setor Canavieiro

<b>1. Ocupação em zona:</b>		Urbana	<input type="checkbox"/>	Rural	<input type="checkbox"/>
<b>2. Local</b>					
Endereço:			Bairro:		
Cidade:					
Nº de Moradores:			Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino		
Local de origem dos trabalhadores:					
Quem trouxe, de que modo e quem pagou?					
Nome do Empreiteiro ou Empresa Responsável:					
Endereço do Empreiteiro ou Empresa:					
Bairro:			Fone:		Usina/ destino da produção:
<b>3. Nome do Proprietário da moradia:</b>					
Endereço:			Fone/fax:		
<b>4. Nome da Imobiliária:</b>			Fone/fax:		
Endereço:			Bairro:		
Cidade:			CNPJ:		Nome do Proprietário da
Imobiliária:					
<b>5. Edificação</b>					
Construção em Madeira: ( ) sim ( ) não					
Construção em Alvenaria: ( ) sim ( ) não					
Outros:					
Possui habite-se: ( ) sim ( ) não					
Nº de cômodos:		Nº de sanitários:		Nº de chuveiros:	
Instalações elétricas adequadas: ( ) sim ( ) não					
Possui Infiltração-Umidade: ( ) sim ( ) não					
Iluminação adequada: ( ) sim ( ) não					
Ventilação adequada: ( ) sim ( ) não					
Instalações sanitárias adequadas: ( ) sim ( ) não					
Possui chuveiros aquecido: ( ) sim ( ) não					
<b>6. Dormitórios:</b>					
Distancia entre camas (1 metro):			( ) adequada ( ) inadequada		
Colchões:			( ) adequado ( ) inadequado		
Beliches com espaço acima do colchão (1,10 metros):			( ) adequado ( ) inadequado		
Armários individuais:			( ) sim ( ) não		
Portas e janelas que ofereçam segurança:			( ) sim ( ) não		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Janelas que ofereçam ventilação:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Possui roupa de cama adequada:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Obs. É Proibido uso e permanência de fogão e fogareiro dentro dormitório.	
<b>7. Água:</b>	
Fonte de abastecimento:	<input type="checkbox"/> Rede <input type="checkbox"/> Poço <input type="checkbox"/> Mina <input type="checkbox"/> Galão
Possui Reservatório:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Análise da água:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>8. Refeições:</b>	
São feitas pelos trabalhadores:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
São fornecidas:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Origem das refeições:	
Alvará do fornecedor:	
<b>9. Cozinha e Refeitório:</b>	
Existe cozinha:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe refeitório:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Possui lavatórios na cozinha e/ou refeitório:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Locais de coleta de lixo:	<input type="checkbox"/> adequado <input type="checkbox"/> inadequado
Cozinha isolada dos demais cômodos:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>10. Condição da Lavanderia:</b>	
Possui Lavanderia:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
A lavanderia é Coberta:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
A lavanderia é adequada:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>11. Lixo:</b>	
Possui cesto de coleta de lixo com tampa:	
- Na cozinha	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
- No banheiro	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Possui local para guardar o lixo:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Ocorre Coleta:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quem coleta:	Quanto tempo ocorre a coleta:
Destino:	
<b>12. Esgoto/disposição:</b>	
Fonte de descarte:	<input type="checkbox"/> Fossa <input type="checkbox"/> Rede de esgoto <input type="checkbox"/> Outros
O sistema de esgoto é adequado:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>13. Epi's</b>	
Epi's são fornecidos gratuitamente	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quais:	
Epi's são guardados na moradia	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Condições dos Epi's:	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado
Os Epi's são repostos periodicamente	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>14. Ferramentas</b>	
Facão e outras ferramentas cortantes são guardados na moradia:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
É proibido a guarda de facões na moradia e ou alojamentos.	
<b>15. De quem é o custo das refeições:</b> <input type="checkbox"/> usina <input type="checkbox"/> fornecedores <input type="checkbox"/> trabalhadores <input type="checkbox"/> outros	
No caso de pagamento pelos trabalhadores, quanto custa a refeição/mês: _____	
<b>16. De quem é o custo da moradia:</b> <input type="checkbox"/> usina <input type="checkbox"/> fornecedores <input type="checkbox"/> trabalhadores <input type="checkbox"/> outros	
No caso de pagamento pelos trabalhadores, quanto custa a moradia/mês: _____	
Neste valor está incluído água, luz e IPTU?	
<b>17. Como o trabalhador avalia a condição do transporte:</b>	
<b>18. É vetada a permanência na moradia de pessoas com doenças infecto contagiosas.</b>	

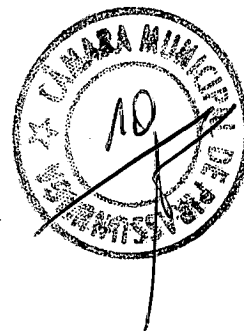


# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

Poder Executivo

Seção I



Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 1 – DOE de 03/01/08

Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

**Resolução SS - 2, de 2-1-2008**

Dispõe sobre o cadastramento, no Sistema de Informação em Vigilância Sanitária - Sivisa, dos alojamentos das usinas do Setor Canavieiro

O Secretário de Estado da Saúde, considerando:

As atribuições da Vigilância Sanitária na proteção, promoção e preservação da saúde, no que se refere às atividades de interesse à saúde e meio ambiente, nele incluído o do trabalho; Que as ações na área de saúde do trabalhador previstas no Código Sanitário Estadual compreendem o meio ambiente urbano e rural;

O atual estágio de desenvolvimento do "Programa Paulista de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) do Setor Canavieiro" e suas prioridades de intervenção em relação aos riscos à saúde dos trabalhadores na lavoura, nas usinas e habitações coletivas deste segmento; e

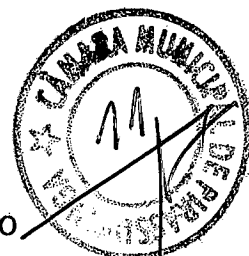
A necessidade de intervir nas condições sanitárias de moradia em habitações coletivas irregulares dos trabalhadores rurais desse setor de atividade econômica, resolve:

Artigo 1º - Incluir os "alojamentos" de trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro no Anexo I - Estabelecimentos e Equipamentos de Assistência e de Interesse à Saúde, da Portaria CVS nº 1, de 22/01/2007, que "dispõe sobre o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sevisa), define o Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária (CEVS) e os procedimentos administrativos a serem adotados pelas equipes estaduais e municipais de Vigilância Sanitária no Estado de São Paulo"; tornando-os objeto de cadastramento;

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**Nº**

Aos dezoito dias do mês de março de 2008, o MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, inscrito no CNPJ sob n. 45.731.650/0001-45, com endereço na Rua Galício del Nero, nº 51, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde através do Sr. Fernando Paulo Garritano Pereira Ramalho, secretário de saúde, firma o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, perante o Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, representado pelo Procurador do Trabalho infra assinado, nos autos do Expediente Administrativo n. 24322/05, com fundamento no parágrafo 6, do artigo 5, da Lei n. 7.347/85 e artigo 585, item II, do Código de Processo Civil e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho, sob as seguintes condições:

I. Considerando que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

II. Considerando que a Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, dispõe sobre a organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

III. Considerando que entre outros deveres, de acordo com a Lei Complementar n. 75/93, ao Ministério Público compete zelar pelo efetivo



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública, quanto aos direitos assegurados na Constituição, entre outros os relativos às ações e aos serviços de saúde (artigo 196 da CF) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (artigo 225 da CF);

IV. Considerando que o Ministério Público tem por atribuição a proteção dos direitos constitucionais, especialmente a dignidade da pessoa humana;

V. Considerando que o Ministério Público tem por atribuição a defesa dos direitos sociais constitucionalmente protegidos e, sendo a saúde, o meio ambiente e a moradia direitos fundamentais, tem legitimidade para promover as medidas administrativas e judiciais necessárias à consecução dessa finalidade, inclusive utilizando-se das ações de responsabilidade e das ações civis públicas;

VI. Considerando que o meio ambiente do trabalho está inserido no meio ambiente em geral (artigo 200, inciso VIII, da CF/88), de modo que é impossível alcançar qualidade de vida sem ter qualidade de trabalho, nem se pode atingir meio ambiente equilibrado e sustentável, ignorando o meio ambiente do trabalho;

VII. Considerando que conforme previsão do artigo 196 da CF/88 *"a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*

VIII. Considerando que o artigo 197 da CF/88 dispõe que *"são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público*



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



*dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”;*

IX. Considerando que o artigo 198 da CF/88 prescreve que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado (...)”;

X. Considerando que o artigo 200 da CF/88 reza que “ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: Inciso II: executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; Inciso VIII: colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”;

XI. Considerando que dentre as ações e serviços de saúde deve-se incluir todas aquelas necessárias, suficientes e aptas a evitar a situação de enfermidade;

XII. Considerando que a atuação preventiva do Estado abrange o meio ambiente e a moradia na qual o indivíduo encontra-se inserto, pois acima de tudo o ser humano é afetado por seu entorno;

XIII. Considerando que a Lei Orgânica da Saúde n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

XIV. Considerando os preceitos constantes na Portaria GM/MS nº 3.120, de 1º de julho de 1998 – Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador, na Portaria GM/MS nº 3.908, de 30 de outubro de 1998 – Norma



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Operacional de Saúde do Trabalhador, na Portaria Federal nº 1.565/94 – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, na Constituição Estadual do Estado de São Paulo, artigos 220, 223 e 229, na Lei Estadual nº 10.083/98 – Código Sanitário, na Lei Estadual nº 9.505/97 – Regulamenta as ações de Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde e na Lei Estadual nº 792/95 – Código de Saúde Estadual;

XV. Considerando que os alojamentos e moradias de trabalhadores rurais são instalações de interesse da saúde e portanto são objeto das ações de controle do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme prevê os artigos 59 e 60 da Lei Estadual n. 10.083/98 (Código Sanitário do Estado de São Paulo)

XVI. Considerando que **alojamento** é o local previamente projetado ou construído ou ainda adaptado, para habitação coletiva de trabalhadores e **moradia** são as residências utilizadas por grupo de trabalhadores como habitação;

XVII. Considerando que muitos dos trabalhadores migrantes são alojados em imóveis (alojamentos e moradias) irregulares e com péssimas condições de higiene;

XVIII. Considerando a necessidade de uma ação preventiva do poder público no sentido de assegurar aos cortadores de cana migrantes condições dignas de moradia;

XIX. E, considerando a necessidade de se realizar um levantamento dos locais onde se encontram os alojamentos e moradias desses trabalhadores a fim de se viabilizar as ações de inspeção e regularização para condição de habitação, estabelecem:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO LEVANTAMENTO DOS ALOJAMENTOS E MORADIAS DE TRABALHADORES MIGRANTES QUE SE ATIVAM NAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR.**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA) compromete-se a:

**Cláusula 1.1** – Realizar anualmente, até o dia 30 de abril de cada ano, um levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana-de-açúcar.

**Cláusula 1.2** – Retornar obrigatoriamente no local utilizado no ano anterior como alojamento ou moradia e constante do levantamento a que se refere o item 1.1 deste ajuste.

**Cláusula 1.3** – A manter um banco de dados contendo o endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia, o nome e endereço do seu proprietário, o nome e endereço do seu locatário (último e/ou atual), o nome e endereço do responsável pelos trabalhadores (último e/ou que atualmente ocupam o imóvel), o nome da empresa para qual prestavam e/ou prestam trabalho (terceirizada e tomadora de serviços) e o número de trabalhadores que lá residiram na última safra.

**Cláusula 1.4** – Encaminhar anualmente ao Ministério Público do Trabalho, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório contendo todas as moradias e alojamentos catalogados com todas as informações constantes do item 1.3 deste ajuste.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS ALOJAMENTOS E MORADIAS DOS TRABALHADORES MIGRANTES DAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA), com relação a todos os imóveis constantes do levantamento a que se refere a cláusula primeira deste termo de compromisso de ajustamento de conduta, compromete-se a:

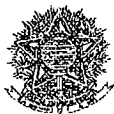
**Cláusula 2.1** – Verificar se os locais utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores que exercem suas atividades nas lavouras de cana-de-açúcar (como por exemplo: plantando, colhendo e cortando cana) possuem condições mínimas de habitação.

**Cláusula 2.2** – Somente considerar como preenchidas as condições mínimas de habitação quando:

a) houver a apresentação por parte do interessado dos seguintes documentos:

- I - Formulário de Informação em Vigilância Sanitária;
- II - CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;
- III - Contrato de locação do imóvel;
- IV - Comprovante de dedetização e desinfecção do imóvel;
- V - Comprovante de limpeza da caixa d'água;

b) A Vigilância Sanitária (VISA), após realização de inspeção no local a ser utilizado, verificar atendidos os requisitos constantes do **anexo I** deste ajuste de conduta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**Cláusula 2.3** - Cumpridos os requisitos mencionados na cláusula 2.2, será concedido o alvará que conterà o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou na moradia vistoriada.

**Cláusula 2.4** - Descumpridos quaisquer dos requisitos mencionados na cláusula 2.2, o alojamento ou moradia deverá ser considerado inadequado para abrigar trabalhadores migrantes da cana-de-açúcar, devendo o ente público não permitir a sua utilização para esta finalidade.

**Cláusula 2.5** - Os alojamentos licenciados na forma da cláusula 2.2 serão inspecionados periodicamente (ao menos uma vez durante a safra) e deverão atender os requisitos constantes das NR's 24 e 31 da portaria n. 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como demais leis específicas.

**Cláusula 2.6** - As moradias licenciadas na forma da cláusula 2.2 serão inspecionadas periodicamente (ao menos uma vez durante a safra) e deverão atender aos requisitos constantes do **anexo II** deste ajuste de conduta

**Cláusula 2.7** - Os imóveis utilizados como moradias por trabalhadores rurais poderão possuir uma cozinha tipo residencial, a ser utilizada eventualmente pelos trabalhadores, para suprimento de complementação alimentar, não sendo admitida a existência de fogões e fogareiro ou equivalente no interior dos dormitórios.

**Cláusula 2.8** - Encaminhar ao Ministério Público do Trabalho relatório de inspeção prévia (prevista na cláusula 2.2) até o dia 31 de julho de cada ano, e de inspeção periódica (cláusulas 2.5 e 2.6) até 30 dias após a sua realização.





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA) compromete-se a:

**Cláusula 3.1** – Recebida a informação, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por outro órgão público de um dos três poderes ou por sindicato da categoria, de moradia (s) e/ou alojamento (s) que não estejam em condições mínimas de uso para habitação e que não conste do rol de imóveis catalogados na forma da cláusula primeira, deverá, no prazo máximo de 48 horas, providenciar a fiscalização do local para verificação do cumprimento dos itens constantes da cláusula segunda deste termo de compromisso de ajustamento de conduta.

**Cláusula 3.2** - Fica convencionado que o presente ajuste será revisado semestralmente durante os anos de 2008 (julho e dezembro), 2009 (julho e dezembro) e 2010 (julho e dezembro).

**Cláusula 3.3** – Compromete-se a regulamentar os requisitos necessários para concessão do alvará previsto na cláusula 2.2 do presente ajuste de conduta através de lei, cujo projeto deverá ser elaborado e encaminhado para aprovação no prazo máximo de 30 a contar da assinatura do presente instrumento.

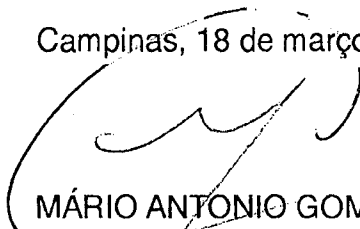
**Cláusula 3.4** - Fica ciente que o presente termo de compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, conforme dispositivos legais acima referidos e que o seu descumprimento implicará em multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) (calculada de acordo com a população do Município – 67.787 habitantes. Fonte: site do IBGE) a ser revertida à vigilância sanitária do ente público.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Campinas, 18 de março de 2008.

  
MÁRIO ANTONIO GOMES  
Procurador do Trabalho

*p/ Paulo Garritano J. R.*

Paulo Garritano Pereira Ramalho  
Secretário de Saúde Municipal







# CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



**APROVADO**

Providencie-se a respeito

27 de 04 de 09

**REQUERIMENTO**

Sala das Sessões

Nº 172/2009

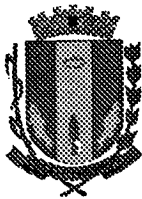
Natal Ruler  
PRESIDENTE

**REQUEIRO** à Mesa, pelos meios regimentais, seja apreciado sob *regime de urgência*, nos trabalhos da presente sessão, o **Projeto de Lei nº 60/2009**, de autoria do Executivo Municipal, que visa **autorizar a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências**.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2009.

Roberto Bruno  
Vereador

Cmp/asd/ba.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811**

**Estado de São Paulo**

**E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**

**Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br**



## **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 60/2009*, de autoria do Executivo Municipal, que visa *autorizar a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências*, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões,

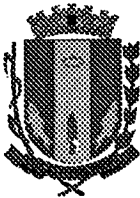
27 ABR 2009

  
**Otacílio José Barreiros**  
Presidente

  
**Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho**  
Relator

  
**Hilderaldo Luiz Sumaio**  
Membro

Cmp/asdba.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811**

**Estado de São Paulo**

**E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**

**Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br**



## **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA**

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 60/2009*, de autoria do Executivo Municipal, que visa *autorizar a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro.

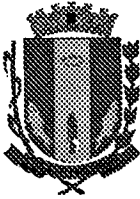
Sala das Comissões, 27 ABR 2009

*Antonio Carlos Duz*  
**Presidente**

*Wallace Ananias de Freitas Bruno*  
**Relator**

*Roberto Bruno*  
**Membro**

*Cmp/asdba.*



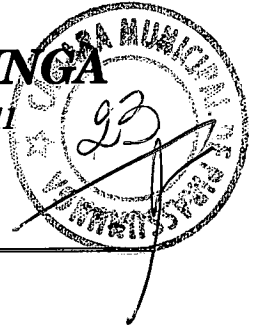
# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811**

**Estado de São Paulo**

**E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**

**Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br**

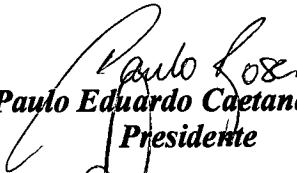


## **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 60/2009*, de autoria do Executivo Municipal, que visa *autorizar a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto assistencial.

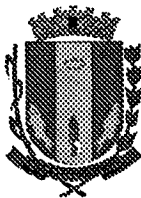
Sala das Comissões, 27 ABR 2009

  
**Paulo Eduardo Caetano Rosa**  
**Presidente**

  
**Otacilio José Barreiros**  
**Relator**

  
**Antonio Carlos Duz**  
**Membro**

*Cmp/asdb.a.*



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811**

**Estado de São Paulo**

**E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**

**Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br**



## **PARECER Nº**

### **COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇO PÚBLICO**

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 60/2009*, de autoria do Executivo Municipal, que visa *autorizar a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto urbanístico.

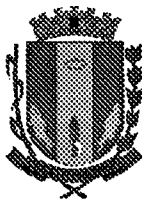
Sala das Comissões, 27 ABR 2009

  
**Antonio Carlos Bueno Gonçalves**  
*Presidente*

  
**Roberto Bruno**  
*Relator*

  
**Wallace Ananias de Freitas Bruno**  
*Membro*

*Cmp/asdba.*



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

*Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811*

*Estado de São Paulo*

*E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br*

*Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br*

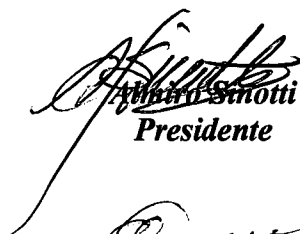


## **PARECER Nº**

### **COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 60/2009*, de autoria do Executivo Municipal, que visa *autorizar a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto ambiental.

Sala das Comissões, 27 ABR 2009

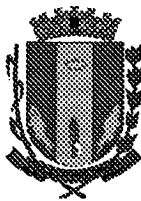
  
**Adriano Sinotti**  
**Presidente**

  
**Hideraldo Luiz Sumaio**  
**Relator**

  
**Antonio Carlos Bueno Gonçalves**  
**Membro**

*Cmp/asdba.*





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811**

**Estado de São Paulo**

**E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**

**Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br**



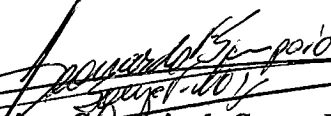
## **PARECER Nº**


### **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 60/2009*, de autoria do Executivo Municipal, que visa *autorizar a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto humanístico.

Sala das Comissões, 27 ABR 2009

  
**Hilderaldo Luiz Sumaio**  
**Presidente**

  
**Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho**  
**Relator**

  
**Otacilio José Barreiros**  
**Membro**

Cmp/asdha.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



– LEI Nº 3.823, DE 29 DE ABRIL DE 2009 –

*“Autoriza a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências”.....*

## **A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O Município, pela sua Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, deverá realizar até o dia 30 de abril de cada ano o levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar.

Parágrafo único. A Vigilância Sanitária, através de seus agentes e técnicos, deverão retornar aos locais utilizados no ano anterior como alojamentos ou moradias e constantes do levantamento referido no artigo 1º desta Lei.

Art. 2º A Vigilância Sanitária manterá um cadastro contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia;
- b) Nome e endereço do proprietário;
- c) Nome e endereço do último ou atual locatário;
- d) Nome e endereço do último responsável pelos trabalhadores ou daqueles que ocupam o imóvel;
- e) Nome da empresa, terceirizada e tomadora de serviços, para a qual prestavam ou prestam trabalho;
- f) Número de trabalhadores que residiram no alojamento ou moradia na última safra.

Parágrafo único. As informações referidas no artigo 2º deverão ser encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho da 15ª Região até o dia 31 de maio de cada ano.

Art. 3º A concessão da Licença de Funcionamento Sanitário dar-se-á após o interessado apresentar os seguintes documentos:

- a) Formulário de informações da Vigilância Sanitária;
- b) CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;
- c) Contrato de locação do imóvel que servirá como alojamento ou moradia;
- d) Comprovante de dedetização e desinfecção do imóvel;
- e) Comprovante de limpeza da caixa d'água.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



§ 1º A Licença de Funcionamento Sanitário estabelecerá o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou moradia vistoriados.

§ 2º O relatório de inspeção prévia, previsto no artigo 3º e alíneas, será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho até o dia 31 de julho de cada ano.

§ 3º Os alojamentos licenciados e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionados no mínimo uma vez que durante a safra e deverão atender os requisitos das Nrs 24 e 31 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego e da legislação correlata.

§ 4º As moradias licenciadas e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionadas no mínimo uma vez durante a safra e deverão atender aos requisitos constantes do Anexo II.

Art. 4º Os Anexos I e II, que serão preenchidos pela Vigilância Sanitária, e as cláusulas do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, ficam fazendo partes integrantes desta Lei.

Art. 5º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, sujeitarão o infrator às mesmas penalidades, incluindo multas, interdição e cassação de alvará, previstas na legislação sanitária do município, conforme regulamentação em Decreto do Executivo.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 29 de abril de 2009.

- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

Jorge Luis Lourenço

Secretário Municipal de Administração.  
dag/.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Anexo I

Roteiro de Inspeção em moradias usadas para Alojamento Setor Canavieiro

1. Ocupação em zona:		Urbana	<input type="checkbox"/>	Rural	<input type="checkbox"/>
2. Local					
Endereço:			Bairro:		
Cidade:					
Nº de Moradores:			Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino		
Local de origem dos trabalhadores:					
Quem trouxe, de que modo e quem pagou?					
Nome do Empreiteiro ou Empresa Responsável:					
Endereço do Empreiteiro ou Empresa:			Fone:		Usina/ destino da produção:
Bairro:					
3. Nome do Proprietário da moradia:					
Endereço:			Fone/fax:		
4. Edificação					
Construção em Madeira: ( ) sim ( ) não					
Construção em Alvenaria: ( ) sim ( ) não					
Outros:					
Possui habite-se: ( ) sim ( ) não					
Nº de cômodos:		Nº de sanitários:		Nº de chuveiros:	
Instalações elétricas adequadas: ( ) sim ( ) não					
Possui Infiltração-Umidade: ( ) sim ( ) não					
Iluminação adequada: ( ) sim ( ) não					
Ventilação adequada: ( ) sim ( ) não					
Instalações sanitárias adequadas ( ) sim ( ) não					
Possui chuveiros aquecido ( ) sim ( ) não					
5. Dormitórios:					
Distancia entre camas (1 metro):			( ) adequada ( ) inadequada		
Colchões:			( ) adequado ( ) inadequado		
Beliches com espaço acima do colchão (1,10 metros):			( ) adequado ( ) inadequado		
Armários individuais:			( ) sim ( ) não		
Portas e janelas que ofereçam segurança:			( ) sim ( ) não		
Janelas que ofereçam ventilação:			( ) sim ( ) não		
Possui roupa de cama adequada:			( ) sim ( ) não		
Obs. É Proibido uso e permanência de fogão e fogareiro dentro dormitório.					
6. Água:					
Fonte de abastecimento: ( ) Rede ( ) Poço ( ) Mina ( ) Galão					
Possui Reservatório: ( ) sim ( ) não					
Análise da água: ( ) sim ( ) não					
7. Cozinha e Refeitório:					
Existe cozinha:			( ) sim ( ) não		
Existe refeitório:			( ) sim ( ) não		
Possui lavatórios na cozinha e/ou refeitório:			( ) sim ( ) não		
Locais de coleta de lixo:			( ) adequado ( ) inadequado		
Cozinha isolada dos demais cômodos:			( ) sim ( ) não		
8. Condição da Lavanderia:					
Possui Lavanderia:			( ) sim ( ) não		
A lavanderia é Coberta:			( ) sim ( ) não		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



A lavanderia é adequada: ( ) sim ( ) não

**09. Lixo:**

Possui cesto de coleta de lixo com tampa:

- Na cozinha ( ) sim ( ) não

- No banheiro ( ) sim ( ) não

Possui local para guardar o lixo: ( ) sim ( ) não

Ocorre Coleta: ( ) sim ( ) não

Quem coleta: Quanto tempo ocorre a coleta:

Destino:

**10. Esgoto/disposição:**

Fonte de descarte: ( ) Fossa ( ) Rede de esgoto ( ) Outros

O sistema de esgoto é adequado: ( ) sim ( ) não

**Anexo II**

**Roteiro de Inspeção em moradias usadas para Alojamento Setor Canavieiro**

<b>1. Ocupação em zona:</b>		Urbana <input type="checkbox"/>	Rural <input type="checkbox"/>
<b>2. Local</b>			
Endereço:		Bairro:	
Cidade:			
Nº de Moradores:		Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino	
Local de origem dos trabalhadores:			
Quem trouxe, de que modo e quem pagou?			
Nome do Empreiteiro ou Empresa Responsável:			
Endereço do Empreiteiro ou Empresa:		Fone:	Usina/ destino da produção:
Bairro:			
<b>3. Nome do Proprietário da moradia:</b>			
Endereço:		Fone/fax:	
<b>4. Nome da Imobiliária:</b>		Fone/fax:	
Endereço:		Bairro:	
Cidade:		CNPJ:	Nome do Proprietário da
Imobiliária:			
<b>5. Edificação</b>			
Construção em Madeira:		( ) sim ( ) não	
Construção em Alvenaria:		( ) sim ( ) não	
Outros:			
Possui habite-se:		( ) sim ( ) não	
Nº de cômodos:		Nº de sanitários:	Nº de chuveiros:
Instalações elétricas adequadas:		( ) sim ( ) não	
Possui Infiltração-Umidade:		( ) sim ( ) não	
Iluminação adequada:		( ) sim ( ) não	
Ventilação adequada:		( ) sim ( ) não	
Instalações sanitárias adequadas		( ) sim ( ) não	
Possui chuveiros aquecido		( ) sim ( ) não	
<b>6. Dormitórios:</b>			
Distancia entre camas (1 metro):		( ) adequada ( ) inadequada	
Colchões:		( ) adequado ( ) inadequado	
Beliches com espaço acima do colchão (1,10 metros):		( ) adequado ( ) inadequado	
Armários individuais:		( ) sim ( ) não	
Portas e janelas que ofereçam segurança:		( ) sim ( ) não	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Janelas que ofereçam ventilação:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Possui roupa de cama adequada:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Obs. É Proibido uso e permanência de fogão e fogareiro dentro do dormitório.	
<b>7. Água:</b>	
Fonte de abastecimento:	<input type="checkbox"/> Rede <input type="checkbox"/> Poço <input type="checkbox"/> Mina <input type="checkbox"/> Galão
Possui Reservatório:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Análise da água:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>8. Refeições:</b>	
São feitas pelos trabalhadores:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
São fornecidas:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Origem das refeições:	
Alvará do fornecedor:	
<b>9. Cozinha e Refeitório:</b>	
Existe cozinha:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe refeitório:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Possui lavatórios na cozinha e/ou refeitório:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Locais de coleta de lixo:	<input type="checkbox"/> adequado <input type="checkbox"/> inadequado
Cozinha isolada dos demais cômodos:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>10. Condição da Lavanderia:</b>	
Possui Lavanderia:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
A lavanderia é Coberta:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
A lavanderia é adequada:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>11. Lixo:</b>	
Possui cesto de coleta de lixo com tampa:	
- Na cozinha	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
- No banheiro	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Possui local para guardar o lixo:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Ocorre Coleta:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quem coleta:	Quanto tempo ocorre a coleta:
Destino:	
<b>12. Esgoto/disposição:</b>	
Fonte de descarte:	<input type="checkbox"/> Fossa <input type="checkbox"/> Rede de esgoto <input type="checkbox"/> Outros
O sistema de esgoto é adequado:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>13. Epi's</b>	
Epi's são fornecidos gratuitamente	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quais:	
Epi's são guardados na moradia	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Condições dos Epi's:	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado
Os Epi's são repostos periodicamente	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>14. Ferramentas</b>	
Facão e outras ferramentas cortantes são guardados na moradia:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
É proibido a guarda de facões na moradia e ou alojamentos.	
15. De quem é o custo das refeições:	<input type="checkbox"/> usina <input type="checkbox"/> fornecedores <input type="checkbox"/> trabalhadores <input type="checkbox"/> outros
No caso de pagamento pelos trabalhadores, quanto custa a refeição/mês: _____	
16. De quem é o custo da moradia:	<input type="checkbox"/> usina <input type="checkbox"/> fornecedores <input type="checkbox"/> trabalhadores <input type="checkbox"/> outros
No caso de pagamento pelos trabalhadores, quanto custa a moradia/mês: _____	
Neste valor está incluído água, luz e IPTU?	
17. Como o trabalhador avalia a condição do transporte:	
18. É vetada a permanência na moradia de pessoas com doenças infecto contagiosa.	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**Nº**

Aos dezoito dias do mês de março de 2008, o MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, inscrito no CNPJ sob n. 45.731.650/0001-45, com endereço na Rua Galício del Nero, nº 51, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde através do Sr. Fernando Paulo Garritano Pereira Ramalho, secretário de saúde, firma o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, perante o Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15 Região, representado pelo Procurador do Trabalho infra assinado, nos autos do Expediente Administrativo n. 24322/05, com fundamento no parágrafo 6, do artigo 5, da Lei n. 7.347/85 e artigo 585, item II, do Código de Processo Civil e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho, sob as seguintes condições:

I. Considerando que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

II. Considerando que a Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, dispõe sobre a organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

III. Considerando que entre outros deveres, de acordo com a Lei Complementar n. 75/93, ao Ministério Público compete zelar pelo efetivo



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública, quanto aos direitos assegurados na Constituição, entre outros os relativos às ações e aos serviços de saúde (artigo 196 da CF) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (artigo 225 da CF);

IV. Considerando que o Ministério Público tem por atribuição a proteção dos direitos constitucionais, especialmente a dignidade da pessoa humana;

V. Considerando que o Ministério Público tem por atribuição a defesa dos direitos sociais constitucionalmente protegidos e, sendo a saúde, o meio ambiente e a moradia direitos fundamentais, tem legitimidade para promover as medidas administrativas e judiciais necessárias à consecução dessa finalidade, inclusive utilizando-se das ações de responsabilidade e das ações civis públicas;

VI. Considerando que o meio ambiente do trabalho está inserido no meio ambiente em geral (artigo 200, inciso VIII, da CF/88), de modo que é impossível alcançar qualidade de vida sem ter qualidade de trabalho, nem se pode atingir meio ambiente equilibrado e sustentável, ignorando o meio ambiente do trabalho;

VII. Considerando que conforme previsão do artigo 196 da CF/88 *"a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*

VIII. Considerando que o artigo 197 da CF/88 dispõe que *"são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público*





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



*dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”;*

IX. Considerando que o artigo 198 da CF/88 prescreve que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado (...)”;

X. Considerando que o artigo 200 da CF/88 reza que “ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: Inciso II: executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; Inciso VIII: colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”;

XI. Considerando que dentre as ações e serviços de saúde deve-se incluir todas aquelas necessárias, suficientes e aptas a evitar a situação de enfermidade;

XII. Considerando que a atuação preventiva do Estado abrange o meio ambiente e a moradia na qual o indivíduo encontra-se inserto, pois acima de tudo o ser humano é afetado por seu entorno;

XIII. Considerando que a Lei Orgânica da Saúde n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

XIV. Considerando os preceitos constantes na Portaria GM/MS nº 3.120, de 1º de julho de 1998 – Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador, na Portaria GM/MS nº 3.908, de 30 de outubro de 1998 – Norma



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Operacional de Saúde do Trabalhador, na Portaria Federal nº 1.565/94, – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, na Constituição Estadual do Estado de São Paulo, artigos 220, 223 e 229, na Lei Estadual nº 10.083/98 – Código Sanitário, na Lei Estadual nº 9.505/97 – Regulamenta as ações de Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde e na Lei Estadual nº 792/95 – Código de Saúde Estadual;

XV. Considerando que os alojamentos e moradias de trabalhadores rurais são instalações de interesse da saúde e portanto são objeto das ações de controle do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme prevê os artigos 59 e 60 da Lei Estadual n. 10.083/98 (Código Sanitário do Estado de São Paulo)

XVI. Considerando que **alojamento** é o local previamente projetado ou construído ou ainda adaptado, para habitação coletiva de trabalhadores e **moradia** são as residências utilizadas por grupo de trabalhadores como habitação;

XVII. Considerando que muitos dos trabalhadores migrantes são alojados em imóveis (alojamentos e moradias) irregulares e com péssimas condições de higiene;

XVIII. Considerando a necessidade de uma ação preventiva do poder público no sentido de assegurar aos cortadores de cana migrantes condições dignas de moradia;

XIX. E, considerando a necessidade de se realizar um levantamento dos locais onde se encontram os alojamentos e moradias desses trabalhadores a fim de se viabilizar as ações de inspeção e regularização para condição de habitação, estabelecem:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO LEVANTAMENTO DOS ALOJAMENTOS E MORADIAS DE TRABALHADORES MIGRANTES QUE SE ATIVAM NAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR.**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA) compromete-se a:

**Cláusula 1.1** – Realizar anualmente, até o dia 30 de abril de cada ano, um levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana-de-açúcar.

**Cláusula 1.2** – Retornar obrigatoriamente no local utilizado no ano anterior como alojamento ou moradia e constante do levantamento a que se refere o item 1.1 deste ajuste.

**Cláusula 1.3** – A manter um banco de dados contendo o endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia, o nome e endereço do seu proprietário, o nome e endereço do seu locatário (último e/ou atual), o nome e endereço do responsável pelos trabalhadores (último e/ou que atualmente ocupam o imóvel), o nome da empresa para qual prestavam e/ou prestam trabalho (terceirizada e tomadora de serviços) e o número de trabalhadores que lá residiram na última safra.

**Cláusula 1.4** – Encaminhar anualmente ao Ministério Público do Trabalho, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório contendo todas as moradias e alojamentos catalogados com todas as informações constantes do item 1.3 deste ajuste.



**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS ALOJAMENTOS E MORADIAS DOS TRABALHADORES MIGRANTES DAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA), com relação a todos os imóveis constantes do levantamento a que se refere a cláusula primeira deste termo de compromisso de ajustamento de conduta, compromete-se a:

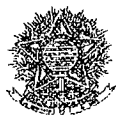
**Cláusula 2.1** – Verificar se os locais utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores que exercem suas atividades nas lavouras de cana-de-açúcar (como por exemplo: plantando, colhendo e cortando cana) possuem condições mínimas de habitação.

**Cláusula 2.2** – Somente considerar como preenchidas as condições mínimas de habitação quando:

a) houver a apresentação por parte do interessado dos seguintes documentos:

- I - Formulário de Informação em Vigilância Sanitária;
- II - CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;
- III - Contrato de locação do imóvel;
- IV - Comprovante de dedetização e desinfecção do imóvel;
- V - Comprovante de limpeza da caixa d'água;

b) A Vigilância Sanitária (VISA), após realização de inspeção no local a ser utilizado, verificar atendidos os requisitos constantes do **anexo I** deste ajuste de conduta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**Cláusula 2.3** - Cumpridos os requisitos mencionados na cláusula 2.2, será concedido o alvará que conterà o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou na moradia vistoriada.

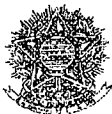
**Cláusula 2.4** - Descumpridos quaisquer dos requisitos mencionados na cláusula 2.2, o alojamento ou moradia deverá ser considerado inadequado para abrigar trabalhadores migrantes da cana-de-açúcar, devendo o ente público não permitir a sua utilização para esta finalidade.

**Cláusula 2.5** - Os alojamentos licenciados na forma da cláusula 2.2 serão inspecionados periodicamente (ao menos uma vez durante a safra) e deverão atender os requisitos constantes das NR's 24 e 31 da portaria n. 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como demais leis específicas.

**Cláusula 2.6** - As moradias licenciadas na forma da cláusula 2.2 serão inspecionadas periodicamente (ao menos uma vez durante a safra) e deverão atender aos requisitos constantes do **anexo II** deste ajuste de conduta

**Cláusula 2.7** - Os imóveis utilizados como moradias por trabalhadores rurais poderão possuir uma cozinha tipo residencial, a ser utilizada eventualmente pelos trabalhadores, para suprimento de complementação alimentar, não sendo admitida a existência de fogões e fogareiro ou equivalente no interior dos dormitórios.

**Cláusula 2.8** - Encaminhar ao Ministério Público do Trabalho relatório de inspeção prévia (prevista na cláusula 2.2) até o dia 31 de julho de cada ano, e de inspeção periódica (cláusulas 2.5 e 2.6) até 30 dias após a sua realização.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA) compromete-se a:

**Cláusula 3.1** – Recebida a informação, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por outro órgão público de um dos três poderes ou por sindicato da categoria, de moradia (s) e/ou alojamento (s) que não estejam em condições mínimas de uso para habitação e que não conste do rol de imóveis catalogados na forma da cláusula primeira, deverá, no prazo máximo de 48 horas, providenciar a fiscalização do local para verificação do cumprimento dos itens constantes da cláusula segunda deste termo de compromisso de ajustamento de conduta.

**Cláusula 3.2** - Fica convencionado que o presente ajuste será revisado semestralmente durante os anos de 2008 (julho e dezembro), 2009 (julho e dezembro) e 2010 (julho e dezembro).

**Cláusula 3.3** – Compromete-se a regulamentar os requisitos necessários para concessão do alvará previsto na cláusula 2.2 do presente ajuste de conduta através de lei, cujo projeto deverá ser elaborado e encaminhado para aprovação no prazo máximo de 30 a contar da assinatura do presente instrumento.

**Cláusula 3.4** - Fica ciente que o presente termo de compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, conforme dispositivos legais acima referidos e que o seu descumprimento implicará em multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) (calculada de acordo com a população do Município – 67.787 habitantes. Fonte/ site do IBGE) a ser revertida à vigilância sanitária do ente público.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Campinas, 18 de março de 2008.

MÁRIO ANTONIO GOMES  
Procurador do Trabalho

*p/ Paulo Garritano Pereira Ramalho*

Paulo Garritano Pereira Ramalho  
Secretário de Saúde Municipal

Jurídica, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-la, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2009.

Pirassununga, 29 de abril de 2009.  
**Ademir Alves Lindo**  
 Prefeito Municipal  
 Jorge Luis Lourenço  
 Secretário Municipal de Administração

## LEI Nº 3.823, DE 29 DE ABRIL DE 2009

"Autoriza a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Município, pela sua Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, deverá realizar até o dia 30 de abril de cada ano o levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar.

Parágrafo único. A Vigilância Sanitária, através de seus agentes e técnicos, deverão retornar aos locais utilizados no ano anterior como alojamentos ou moradias e constantes do levantamento referido no artigo 1º desta Lei.

Art. 2º A Vigilância Sanitária manterá um cadastro contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia;
- Nome e endereço do proprietário;
- Nome e endereço do último ou atual locatário;
- Nome e endereço do último responsável pelos trabalhadores ou daqueles que ocupam o imóvel;
- Nome da empresa, terceirizada e tomadora de serviços, para a qual prestavam ou prestam trabalho;
- Número de trabalhadores que residiram no alojamento ou moradia na última safra.

Parágrafo único. As informações referidas no artigo 2º deverão ser encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho da 15ª Região até o dia 31 de maio de cada ano.

Art. 3º A concessão da Licença de Funcionamento Sanitário dar-se-á após o interessado apresentar os seguintes documentos:

- Formulário de informações da Vigilância Sanitária;
- CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;
- Contrato de locação do imóvel que servirá como alojamento ou moradia;
- Comprovante de dedetização e desinfecção do imóvel;
- Comprovante de limpeza da caixa d'água.

§ 1º A Licença de Funcionamento Sanitário estabelecerá o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou moradia vistoriados.

§ 2º O relatório de inspeção prévia, previsto no artigo 3º e alíneas, será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho até o dia 31 de julho de cada ano.

§ 3º Os alojamentos licenciados e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionados no mínimo uma vez durante a safra e deverão atender os requisitos das Nrs 24 e 31 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego e da legislação correlata.

§ 4º As moradias licenciadas e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionadas no mínimo uma vez durante a safra e deverão atender aos requisitos constantes do Anexo II.

Art. 4º Os Anexos I e II, que serão preenchidos pela Vigilância Sanitária, e as cláusulas do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, ficam fazendo partes integrantes desta Lei.

Art. 5º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, sujeitarão o infrator às mesmas penalidades, incluindo multas, interdição e cassação de alvará, previstas na legislação sanitária do município, conforme regulamentação em Decreto do Executivo.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 29 de abril de 2009.  
**Ademir Alves Lindo**  
 Prefeito Municipal  
 Jorge Luis Lourenço  
 Secretário Municipal de Administração

## DECRETO Nº 3.800, DE 30 DE MARÇO DE 2009

**ADEMIR ALVES LINDO**, Prefeito Municipal de Pirassununga, Estado de

São Paulo.....

No uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3.763, de 10 de dezembro de 2008, e, com fundamento no artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica transposta para o crédito classificado sob o código 09.01 - 12.122.2007.2077 - 33.90.30.00, a importância da dotação orçamentária, a saber:

I - ORGÃO  
 09.01  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  
 12.122.2007.2077  
 ECONÔMICA  
 33.90.39.00  
 VALOR  
 R\$ 84.000,00

Art. 2º Fica transposta para o crédito classificado sob o código 09.02 - 12.361.2001.2041 - 33.90.36.00, a importância da dotação orçamentária, a saber:

I - ORGÃO  
 09.02  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  
 12.361.2001.2041  
 ECONÔMICA  
 33.90.39.00  
 VALOR  
 R\$ 1.000,00

Art. 3º Fica transposta para o crédito classificado sob o código 12.01 - 10.301.1001.2004 - 33.90.39.00 - fonte 02, a importância da dotação orçamentária, a saber:

I - ORGÃO  
 12.01  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  
 10.301.1001.2004  
 ECONÔMICA  
 33.90.30.00 - fonte 02  
 VALOR  
 R\$ 7.000,00

Art. 4º Fica transposta para o crédito classificado sob o código 12.01 - 10.301.1001.2004 - 33.90.30.00, a importância da dotação orçamentária, a saber:

I - ORGÃO  
 12.01  
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA  
 10.301.1001.2004  
 ECONÔMICA  
 33.90.39.00  
 VALOR  
 R\$ 10.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirassununga, 30 de março de 2009.  
**Ademir Alves Lindo**  
 Prefeito Municipal  
 Jorge Luis Lourenço  
 Secretário Municipal de Administração

\*\*\*\*\*

## DECRETO Nº 3.801, DE 6 DE ABRIL DE 2009

**ADEMIR ALVES LINDO**, Prefeito Municipal de Pirassununga, Estado de São Paulo.....

No uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado **facultativo** o ponto nas repartições públicas municipais pertencentes à Administração Direta e Autarquia no dia 9 de abril do fluente ano - "Quinta-feira Santa", ressalvadas as atividades essenciais e de interesse público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pirassununga, 6 de abril de 2009.

**Ademir Alves Lindo**  
 Prefeito Municipal  
 Jorge Luis Lourenço  
 Secretário Municipal de Administração

\*\*\*\*\*

## DECRETO Nº 3.802, DE 14 DE ABRIL DE 2009

**ADEMIR ALVES LINDO**, Prefeito Municipal de Pirassununga, Estado de São Paulo.....

No uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3.763, de 10 de dezembro de 2008; e, com fundamento no artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica transposta para o crédito classificado sob o código 07.01 - 04.129.7009.2242 - 33.90.36.00, a importância da dotação orçamentária, a





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LEI Nº 3.823, DE 29 DE ABRIL DE 2009  
(reedição de anexos)

"Autoriza a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências"

- LEI Nº 3.823, DE 29 DE ABRIL DE 2009 -

*"Autoriza a concessão de Alvará de alojamentos e moradias dos trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar e dá outras providências"*

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Município, pela sua Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, deverá realizar até o dia 30 de abril de cada ano o levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana de açúcar.

Parágrafo único. A Vigilância Sanitária, através de seus agentes e técnicos, deverão retornar aos locais utilizados no ano anterior como alojamentos ou moradias e constantes do levantamento referido no artigo 1º desta Lei.

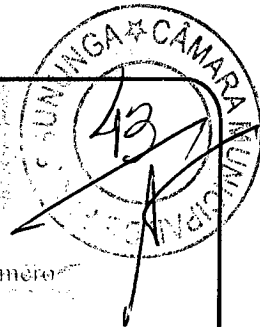
Art. 2º A Vigilância Sanitária manterá um cadastro contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia;
- Nome e endereço do proprietário;
- Nome e endereço do último ou atual locatário;
- Nome e endereço do último responsável pelos trabalhadores ou daqueles que ocupam o imóvel;
- Nome da empresa, terceirizada e tomadora de serviços, para a qual prestavam ou prestam trabalho;
- Número de trabalhadores que residiram no alojamento ou moradia na última safra.

Parágrafo único. As informações referidas no artigo 2º deverão ser encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho da 15ª Região até o dia 31 de maio de cada ano.

Art. 3º A concessão da Licença de Funcionamento Sanitário dar-se-á após o interessado apresentar os seguintes documentos:

- Formulário de informações da Vigilância Sanitária;
- CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;
- Contrato de locação do imóvel que servirá como alojamento ou moradia;
- Comprovante de desinfestação e desinfecção do imóvel;
- Comprovante de limpeza da caixa d'água.



§ 1º A Licença de Funcionamento Sanitário estabelecerá o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou moradia vistoriados.

§ 2º O relatório de inspeção prévia, previsto no artigo 3º e alíneas, será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho até o dia 31 de julho de cada ano.

§ 3º Os alojamentos licenciados e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionados no mínimo uma vez que durante a safra e deverão atender os requisitos das Nrs 24 e 31 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego e da legislação correlata.

§ 4º As moradias licenciadas e com a Licença de Funcionamento Sanitário deferida serão inspecionadas no mínimo uma vez durante a safra e deverão atender aos requisitos constantes do Anexo II.

Art. 4º Os Anexos I e II, que serão preenchidos pela Vigilância Sanitária, e as cláusulas do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, ficam fazendo partes integrantes desta Lei.

Art. 5º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, sujeitarão o infrator às mesmas penalidades, incluindo multas, interdição e cassação de alvará, previstas na legislação sanitária do município, conforme regulamentação em Decreto do Executivo.

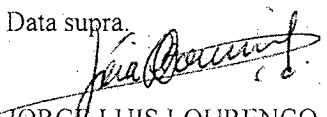
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 29 de abril de 2009.

- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra

  
JORGE LUIS LOURENÇO.

Secretário Municipal de Administração.  
dag/.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Ademir Alves Lindo**  
Prefeito Municipal

Rua Galício Del Nero, 51 - Telefones (19) 3565-8000 / 8001  
13630-900 - Pirassununga, SP

**IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO**

**Fábio Roberto Ferrari**  
Jornalista Responsável - MTb 29.640

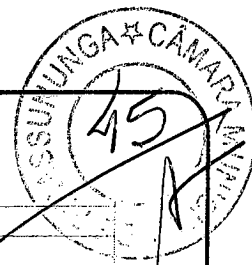
Impressão:  
GRÁFICA BORALLI LTDA. ME  
CNPJ: 05.968.850/0001-00



## Anexo I

## Roteiro de Inspeção em moradias usadas para Alojamento Setor Canavieiro

1. Ocupação em zona:	Urbana <input type="checkbox"/>	Rural <input type="checkbox"/>
2. Local		
Endereço:	Bairro:	
Cidade:		
Nº de Moradores:	Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino	
Local de origem dos trabalhadores:		
Quem trouxe, de que modo e quem pagou?		
Nome do Empreiteiro ou Empresa Responsável:		
Endereço do Empreiteiro ou Empresa:		
Bairro:	Fone:	Usina/ destino da produção:
3. Nome do Proprietário da moradia:		
Endereço:	Fone/fax:	
4. Edificação		
Construção em Madeira: ( ) sim ( ) não		
Construção em Alvenaria: ( ) sim ( ) não		
Outros:		
Possui habite-se: ( ) sim ( ) não		
Nº de cômodos:	Nº de sanitários:	Nº de chuveiros:
Instalações elétricas adequadas: ( ) sim ( ) não		
Possui Infiltração-Umididade: ( ) sim ( ) não		
Iluminação adequada: ( ) sim ( ) não		
Ventilação adequada: ( ) sim ( ) não		
Instalações sanitárias adequadas ( ) sim ( ) não		
Possui chuveiros aquecido ( ) sim ( ) não		
5. Dormitórios:		
Distancia entre camas (1 metro): ( ) adequada ( ) inadequada		
Colchões: ( ) adequado ( ) inadequado		
Beliches com espaço acima do colchão (1,10 metros): ( ) adequado ( ) inadequado		
Armários individuais: ( ) sim ( ) não		
Portas e janelas que ofereçam segurança: ( ) sim ( ) não		
Janelas que ofereçam ventilação: ( ) sim ( ) não		
Possui roupa de cama adequada: ( ) sim ( ) não		
Obs. É Proibido uso e permanência de fogão e fogareiro dentro dormitório.		
6. Água:		
Fonte de abastecimento: ( ) Rede ( ) Poço ( ) Mina ( ) Galão		
Possui Reservatório: ( ) sim ( ) não		
Análise da água: ( ) sim ( ) não		
7. Cozinha e Refeitório:		
Existe cozinha: ( ) sim ( ) não		
Existe refeitório: ( ) sim ( ) não		
Possui lavatórios na cozinha e/ou refeitório: ( ) sim ( ) não		
Locais de coleta de lixo: ( ) adequado ( ) inadequado		
Cozinha isolada dos demais cômodos: ( ) sim ( ) não		
8. Condição da Lavanderia:		
Possui Lavanderia: ( ) sim ( ) não		
A lavanderia é Coberta: ( ) sim ( ) não		



A lavanderia é adequada: ( ) sim ( ) não

## 09. Lixo:

Possui cesto de coleta de lixo com tampa:

- Na cozinha ( ) sim ( ) não

- No banheiro ( ) sim ( ) não

Possui local para guardar o lixo: ( ) sim ( ) não

Ocorre Coleta: ( ) sim ( ) não

Quem coleta: Quanto tempo ocorre a coleta:

Destino:

## 10. Esgoto/disposição:

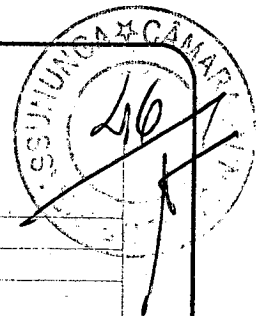
Fonte de descarte: ( ) Fossa ( ) Rede de esgoto ( ) Outros

O sistema de esgoto é adequado: ( ) sim ( ) não

## Anexo II

## Roteiro de Inspeção em moradias usadas para Alojamento Setor Canavieiro

1. Ocupação em zona:		Urbana <input type="checkbox"/>	Rural <input type="checkbox"/>
2. Local			
Endereço:		Bairro:	
Cidade:			
Nº de Moradores:		Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino	
Local de origem dos trabalhadores:			
Quem trouxe, de que modo e quem pagou?			
Nome do Empreiteiro ou Empresa Responsável:			
Endereço do Empreiteiro ou Empresa:		Fone:	
Bairro:		Usina/ destino da produção:	
3. Nome do Proprietário da moradia:			
Endereço:		Fone/fax:	
4. Nome da Imobiliária:			
Endereço:		Bairro:	
Cidade:		CNPJ:	
Imobiliária:			
5. Edificação			
Construção em Madeira: ( ) sim ( ) não			
Construção em Alvenaria: ( ) sim ( ) não			
Outros:			
Possui habite-se: ( ) sim ( ) não			
Nº de cômodos:		Nº de sanitários:	
Nº de chuveiros:			
Instalações elétricas adequadas: ( ) sim ( ) não			
Possui Infiltração-Umididade: ( ) sim ( ) não			
Iluminação adequada: ( ) sim ( ) não			
Ventilação adequada: ( ) sim ( ) não			
Instalações sanitárias adequadas ( ) sim ( ) não			
Possui chuveiros aquecido ( ) sim ( ) não			
6. Dormitórios:			
Distancia entre camas (1 metro):		( ) adequada ( ) inadequada	
Colchões:		( ) adequado ( ) inadequado	
Beliches com espaço acima do colchão (1,10 metros):		( ) adequado ( ) inadequado	
Armários individuais:		( ) sim ( ) não	
Portas e janelas que ofereçam segurança:		( ) sim ( ) não	



Janelas que ofereçam ventilação: ☐ sim ☐ não  
 Possui roupa de cama adequada: ☐ sim ☐ não  
 Obs. É Proibido uso e permanência de fogão e fogareiro dentro do dormitório.

**7. Água:**

Fonte de abastecimento: ☐ Rede ☐ Poço ☐ Mina ☐ Galão  
 Possui Reservatório: ☐ sim ☐ não  
 Análise da água: ☐ sim ☐ não

**8. Refeições:**

São feitas pelos trabalhadores: ☐ sim ☐ não  
 São fornecidas: ☐ sim ☐ não  
 Origem das refeições:  
 Alvará do fornecedor:

**9. Cozinha e Refeitório:**

Existe cozinha: ☐ sim ☐ não  
 Existe refeitório: ☐ sim ☐ não  
 Possui lavatórios na cozinha e/ou refeitório: ☐ sim ☐ não  
 Locais de coleta de lixo: ☐ adequado ☐ inadequado  
 Cozinha isolada dos demais cômodos: ☐ sim ☐ não

**10. Condição da Lavanderia:**

Possui Lavanderia: ☐ sim ☐ não  
 A lavanderia é Coberta: ☐ sim ☐ não  
 A lavanderia é adequada: ☐ sim ☐ não

**11. Lixo:**

Possui cesto de coleta de lixo com tampa:  
 - Na cozinha: ☐ sim ☐ não  
 - No banheiro: ☐ sim ☐ não  
 Possui local para guardar o lixo: ☐ sim ☐ não  
 Ocorre Coleta: ☐ sim ☐ não  
 Quem coleta: Quanto tempo ocorre a coleta:  
 Destino:

**12. Esgoto/disposição:**

Fonte de descarte: ☐ Fossa ☐ Rede de esgoto ☐ Outros  
 O sistema de esgoto é adequado: ☐ sim ☐ não

**13. Epi's**

Epi's são fornecidos gratuitamente ☐ sim ☐ não  
 Quais:  
 Epi's são guardados na moradia ☐ sim ☐ não  
 Condições dos Epi's: ☐ Adequado ☐ Inadequado  
 Os Epi's são repostos periodicamente ☐ sim ☐ não

**14. Ferramentas**

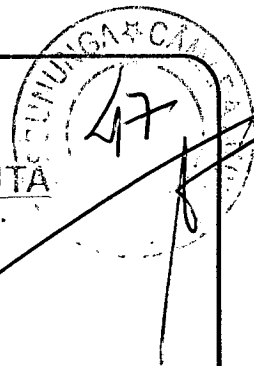
Facão e outras ferramentas cortantes são guardados na moradia: ☐ sim ☐ não  
 É proibido a guarda de facões na moradia e ou alojamentos.

15. De quem é o custo das refeições: ☐ usina ☐ fornecedores ☐ trabalhadores ☐ outros  
 No caso de pagamento pelos trabalhadores, quanto custa a refeição/mês:

16. De quem é o custo da moradia: ☐ usina ☐ fornecedores ☐ trabalhadores ☐ outros  
 No caso de pagamento pelos trabalhadores, quanto custa a moradia/mês: \_\_\_\_\_  
 Neste valor está incluído água, luz e IPTU?

17. Como o trabalhador avalia a condição do transporte:

18. É vetada a permanência na moradia de pessoas com doenças infecto contagiosas.



TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

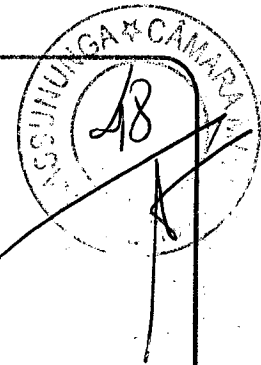
Nº

Aos dezoito dias do mês de março de 2008, o MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, inscrito no CNPJ sob n. 45.731.650/0001-45, com endereço na Rua Galício del Nero, nº 51, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde através do Sr. Fernando Paulo Garritano Pereira Ramalho, secretário de saúde, firma o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, perante o Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15 Região, representado pelo Procurador do Trabalho infra assinado, nos autos do Expediente Administrativo n. 24322/05, com fundamento no parágrafo 6, do artigo 5, da Lei n. 7.347/85 e artigo 585, item II, do Código de Processo Civil e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho, sob as seguintes condições:

I. Considerando que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

II. Considerando que a Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, dispõe sobre a organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

III. Considerando que entre outros deveres, de acordo com a Lei Complementar n. 75/93, ao Ministério Público compete zelar pelo efetivo



respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública, quanto aos direitos assegurados na Constituição, entre outros os relativos às ações e aos serviços de saúde (artigo 196 da CF) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (artigo 225 da CF);

IV. Considerando que o Ministério Público tem por atribuição a proteção dos direitos constitucionais, especialmente a dignidade da pessoa humana;

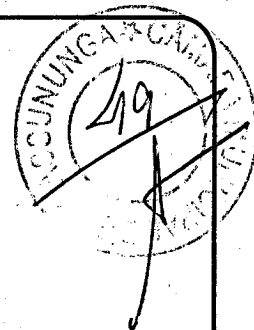
V. Considerando que o Ministério Público tem por atribuição a defesa dos direitos sociais constitucionalmente protegidos e, sendo a saúde, o meio ambiente e a moradia direitos fundamentais, tem legitimidade para promover as medidas administrativas e judiciais necessárias à consecução dessa finalidade, inclusive utilizando-se das ações de responsabilidade e das ações civis públicas;

VI. Considerando que o meio ambiente do trabalho está inserido no meio ambiente em geral (artigo 200, inciso VIII, da CF/88), de modo que é impossível alcançar qualidade de vida sem ter qualidade de trabalho, nem se pode atingir meio ambiente equilibrado e sustentável, ignorando o meio ambiente do trabalho;

VII. Considerando que conforme previsão do artigo 196 da CF/88 *"a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"*

VIII. Considerando que o artigo 197 da CF/88 dispõe que *"são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público"*

dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”;



IX. Considerando que o artigo 198 da CF/88 prescreve que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado (...)”;

X. Considerando que o artigo 200 da CF/88 reza que “ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: Inciso II: executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; Inciso VIII: colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”;

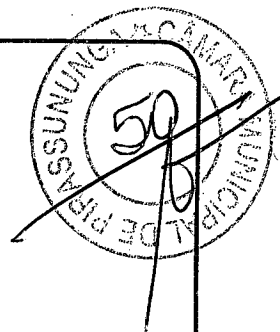
XI. Considerando que dentre as ações e serviços de saúde deve-se incluir todas aquelas necessárias, suficientes e aptas a evitar a situação de enfermidade;

XII. Considerando que a atuação preventiva do Estado abrange o meio ambiente e a moradia na qual o indivíduo encontra-se inserto, pois acima de tudo o ser humano é afetado por seu entorno;

XIII. Considerando que a Lei Orgânica da Saúde n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

XIV. Considerando os preceitos constantes na Portaria GM/MS nº 3.120, de 1º de julho de 1998 – Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador, na Portaria GM/MS nº 3.908, de 30 de outubro de 1998 – Norma





Operacional de Saúde do Trabalhador, na Portaria Federal nº 1.565/94 – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, na Constituição Estadual do Estado de São Paulo, artigos 220, 223 e 229, na Lei Estadual nº 10.083/98 – Código Sanitário, na Lei Estadual nº 9.505/97 – Regulamenta as ações de Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde e na Lei Estadual nº 792/95 – Código de Saúde Estadual;

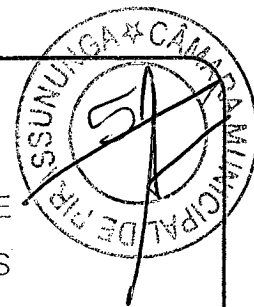
XV. Considerando que os alojamentos e moradias de trabalhadores rurais são instalações de interesse da saúde e portanto são objeto das ações de controle do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme prevê os artigos 59 e 60 da Lei Estadual n. 10.083/98 (Código Sanitário do Estado de São Paulo)

XVI. Considerando que **alojamento** é o local previamente projetado ou construído ou ainda adaptado, para habitação coletiva de trabalhadores e **moradia** são as residências utilizadas por grupo de trabalhadores como habitação;

XVII. Considerando que muitos dos trabalhadores migrantes são alojados em imóveis (alojamentos e moradias) irregulares e com péssimas condições de higiene;

XVIII. Considerando a necessidade de uma ação preventiva do poder público no sentido de assegurar aos cortadores de cana migrantes condições dignas de moradia;

XIX. E, considerando a necessidade de se realizar um levantamento dos locais onde se encontram os alojamentos e moradias desses trabalhadores a fim de se viabilizar as ações de inspeção e regularização para condição de habitação, estabelecem:



**CLAUSULA PRIMEIRA: DO LEVANTAMENTO DOS ALOJAMENTOS E MORADIAS DE TRABALHADORES MIGRANTES QUE SE ATIVAM NAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR.**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA) compromete-se a:

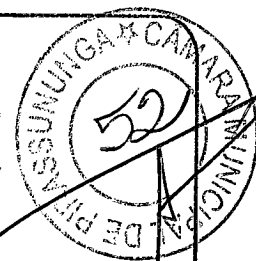
**Cláusula 1.1** – Realizar anualmente, até o dia 30 de abril de cada ano, um levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana-de-açúcar.

**Cláusula 1.2** – Retornar obrigatoriamente no local utilizado no ano anterior como alojamento ou moradia e constante do levantamento a que se refere o item 1.1 deste ajuste.

**Cláusula 1.3** – A manter um banco de dados contendo o endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia, o nome e endereço do seu proprietário, o nome e endereço do seu locatário (último e/ou atual), o nome e endereço do responsável pelos trabalhadores (último e/ou que atualmente ocupam o imóvel), o nome da empresa para qual prestavam e/ou prestam trabalho (terceirizada e tomadora de serviços) e o número de trabalhadores que lá residiram na última safra.

**Cláusula 1.4** – Encaminhar anualmente ao Ministério Público do Trabalho, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório contendo todas as moradias e alojamentos catalogados com todas as informações constantes do item 1.3 deste ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS ALOJAMENTOS E MORADIAS DOS TRABALHADORES MIGRANTES DAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR



O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA), com relação a todos os imóveis constantes do levantamento a que se refere a cláusula primeira deste termo de compromisso de ajustamento de conduta, compromete-se a:

**Cláusula 2.1** – Verificar se os locais utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores que exercem suas atividades nas lavouras de cana-de-açúcar (como por exemplo: plantando, colhendo e cortando cana) possuem condições mínimas de habitação.

**Cláusula 2.2** – Somente considerar como preenchidas as condições mínimas de habitação quando:

**a)** houver a apresentação por parte do interessado dos seguintes documentos:

I - Formulário de Informação em Vigilância Sanitária;

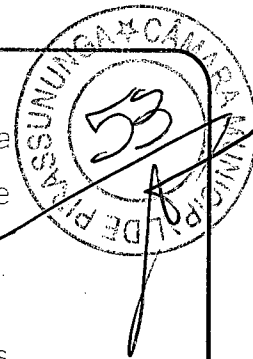
II - CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;

III - Contrato de locação do imóvel;

IV - Comprovante de dedetização e desinfecção do imóvel;

V - Comprovante de limpeza da caixa d'água;

**b)** A Vigilância Sanitária (VISA), após realização de inspeção no local a ser utilizado, verificar atendidos os requisitos constantes do **anexo I** deste ajuste de conduta.



Cláusula 2.3 - Cumpridos os requisitos mencionados na cláusula 2.2, será concedido o alvará que conterà o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou na moradia vistoriada.

Cláusula 2.4 - Descumpridos quaisquer dos requisitos mencionados na cláusula 2.2, o alojamento ou moradia deverá ser considerado inadequado para abrigar trabalhadores migrantes da cana-de-açúcar, devendo o ente público não permitir a sua utilização para esta finalidade.

Cláusula 2.5 - Os alojamentos licenciados na forma da cláusula 2.2 serão inspecionados periodicamente (ao menos uma vez durante a safra) e deverão atender os requisitos constantes das NR's 24 e 31 da portaria n. 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como demais leis específicas.

Cláusula 2.6 - As moradias licenciadas na forma da cláusula 2.2 serão inspecionadas periodicamente (ao menos uma vez durante a safra) e deverão atender aos requisitos constantes do **anexo II** deste ajuste de conduta.

Cláusula 2.7 - Os imóveis utilizados como moradias por trabalhadores rurais poderão possuir uma cozinha tipo residencial, a ser utilizada eventualmente pelos trabalhadores, para suprimento de complementação alimentar, não sendo admitida a existência de fogões e fogareiro ou equivalente no interior dos dormitórios.

Cláusula 2.8 - Encaminhar ao Ministério Público do Trabalho relatório de inspeção prévia (prevista na cláusula 2.2) até o dia 31 de julho de cada ano, e de inspeção periódica (cláusulas 2.5 e 2.6) até 30 dias após a sua realização.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA) compromete-se a:

**Cláusula 3.1** – Recebida a informação, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por outro órgão público de um dos três poderes ou por sindicato da categoria, de moradia (s) e/ou alojamento (s) que não estejam em condições mínimas de uso para habitação e que não conste do rol de imóveis catalogados na forma da cláusula primeira, deverá, no prazo máximo de 48 horas, providenciar a fiscalização do local para verificação do cumprimento dos itens constantes da cláusula segunda deste termo de compromisso de ajustamento de conduta.

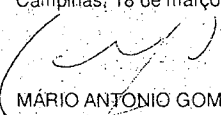
**Cláusula 3.2** - Fica convencionado que o presente ajuste será revisado semestralmente durante os anos de 2008 (julho e dezembro), 2009 (julho e dezembro) e 2010 (julho e dezembro).

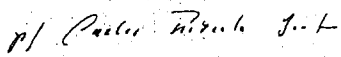
**Cláusula 3.3** – Compromete-se a regulamentar os requisitos necessários para concessão do alvará previsto na cláusula 2.2 do presente ajuste de conduta através de lei, cujo projeto deverá ser elaborado e encaminhado para aprovação no prazo máximo de 30 a contar da assinatura do presente instrumento.

**Cláusula 3.4** - Fica ciente que o presente termo de compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, conforme dispositivos legais acima referidos e que o seu descumprimento implicará em multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) (calculada de acordo com a população do Município – 67.787 habitantes. Fonte: site do IBGE) a ser revertida à vigilância sanitária do ente público.

8

Campinas, 18 de março de 2008.

  
MÁRIO ANTONIO GOMES  
Procurador do Trabalho

  
Paulo Garritano Pereira Ramalho  
Secretário de Saúde Municipal